

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Sobre o assunto em epígrafe, o Grupo Parlamentar do PCP já questionou o Governo, para saber as medidas tomadas para garantir os direitos da pesca e, conseqüentemente, dos pescadores.

Recentemente recebemos uma exposição da Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende que dá conta que Associação tem “conhecimento que a EDP renováveis e o Governo estão em negociações com cerca de 16 armadores portugueses, no sentido de chegar a um acordo monetário, relativamente à desocupação das suas zonas de pesca, para colocação de três ventoinhas”.

O documento já aludido refere ainda que “os acordos e os valores foram acordados sem a presença das associações da pesca local”, mas parece agora haver “intenção de indemnizar os pescadores da pequena pesca, que por hábito utilizam a zona de pesca por onde vai passar o cabo de energia que irá alimentar o projeto *Windfloat*.”

A Associação de Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende defende que “até ao final da exploração do projeto (...) todas as embarcações licenciadas e que podem operar nessa zona sejam anualmente indemnizadas em função da área de interdição, à semelhança dos armadores das embarcações costeiras”. A Associação sustenta a sua posição no conceito “*terra nullis*” ou “terra de ninguém. Ou seja, num conceito que reconhece que o “mar não pertence a ninguém, mas pertence a todas as embarcações de pesca licenciadas”.

O PCP considera que esta proposta deve ser considerada por que haverá uma interferência na atividade da pequena pesca e também porque os pescadores da pequena pesca estão tantas vezes confrontados com inúmeros obstáculos à atividade piscatória e, conseqüentemente, a quebras de rendimento.

Refira-se, para memória, a sistemática posição e reclamação do PCP, inclusive a propósito de toda a legislação produzida pela Assembleia da República e sucessivos governos para enquadrar e regular atividades económicas e recreativas, concretamente no âmbito da dita

«economia azul», para que não sejam ofendidos e bem pelo contrário respeitados, os direitos históricos dos pescadores portugueses, e garantidos os seus rendimentos, em situações de conflito e constituição de direitos, na utilização desses espaços de domínio marítimo.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério do Mar, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Confirma o Governo que há já um acordo entre o Governo, a EDP e 16 armadores para que estes sejam ressarcidos pelo facto de terem desocupado as suas zonas de pesca? Em caso afirmativo, que valores foram acordados?
2. Que associações de armadores e pescadores foram envolvidas nessas negociações? Porque não foi chamada a APC de Esposende? Vão ainda ser envolvidos e ouvidos sobre o assunto?
3. Confirma o Governo que há intenção indemnizar os pescadores da pequena pesca, que por hábito utilizam a zona de pesca por onde vai passar o cabo de energia que irá alimentar o projeto *Windfloat*? Em caso afirmativo, qual o valor da indemnização e quando será paga?
4. Que avaliação faz o Governo da proposta da APCE, ou seja, que até ao final da exploração do projeto (...) todas as embarcações licenciadas e que podem operar nessa zona sejam anualmente indemnizadas em função da área de interdição, à semelhança dos armadores das embarcações costeiras?
5. Que medidas vão ser tomadas pelo Governo no sentido de se concretizar a proposta feita pela APCE?

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2019

Deputado(a)s

CARLA CRUZ(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)